

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	13
----------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	48
---	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	49
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	50
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	52
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	278.399.525
Preferenciais	278.399.525
Total	556.799.050
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	3.066.903	2.871.877	2.419.354
1.01	Ativo Circulante	303.543	377.816	240.691
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	71.562	56.760	204.500
1.01.02	Aplicações Financeiras	185.068	278.769	0
1.01.03	Contas a Receber	37.745	36.447	30.560
1.01.03.01	Clientes	37.745	36.447	30.560
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.985	3.323	1.664
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.985	3.323	1.664
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.336	2.377	2.319
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	847	140	1.648
1.02	Ativo Não Circulante	2.763.360	2.494.061	2.178.663
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	173.807	193.461	229.641
1.02.01.03	Contas a Receber	4.258	1.601	5.592
1.02.01.06	Tributos Diferidos	169.549	191.860	224.049
1.02.03	Imobilizado	7.477	1.799	807
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.477	1.799	807
1.02.04	Intangível	2.582.076	2.298.801	1.948.215
1.02.04.01	Intangíveis	2.582.076	2.298.801	1.948.215
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.169.936	1.198.037	1.219.434
1.02.04.01.02	Intangível - Infra-estrutura	1.412.140	1.100.764	728.781

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	3.066.903	2.871.877	2.419.354
2.01	Passivo Circulante	274.071	189.967	148.735
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.803	8.530	6.303
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.364	1.376	1.490
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.439	7.154	4.813
2.01.02	Fornecedores	67.057	19.866	18.398
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	67.057	19.866	18.398
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.202	5.058	4.260
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.285	2.535	1.955
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.917	2.523	2.305
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	186.837	153.005	118.290
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	59.012	55.873	27.498
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	59.012	55.873	27.498
2.01.04.02	Debêntures	127.825	97.132	90.792
2.01.05	Outras Obrigações	5.172	3.508	1.484
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.597	2.631	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	3.597	2.631	0
2.01.05.02	Outros	1.575	877	1.484
2.01.05.02.04	Direito de Outorga da concessão	744	760	1.264
2.01.05.02.05	Outros passivos	831	117	220
2.02	Passivo Não Circulante	1.994.631	1.925.806	1.573.907
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.678.729	1.632.597	1.571.821
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	343.500	346.175	351.753
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	343.500	346.175	351.753
2.02.01.02	Debêntures	1.335.229	1.286.422	1.220.068
2.02.02	Outras Obrigações	312.033	290.110	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	310.912	290.110	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	310.912	290.110	0
2.02.02.02	Outros	1.121	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02.02.02.03	Outros Passivos	1.121	0	0
2.02.04	Provisões	3.869	3.099	2.086
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	350	485	230
2.02.04.02	Outras Provisões	3.519	2.614	1.856
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial	3.519	2.614	1.856
2.03	Patrimônio Líquido	798.201	756.104	696.712
2.03.01	Capital Social Realizado	556.799	556.799	556.799
2.03.02	Reservas de Capital	195.988	195.988	195.988
2.03.04	Reservas de Lucros	45.414	3.317	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-56.075

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	853.100	868.274	579.843
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-474.033	-500.798	-255.383
3.03	Resultado Bruto	379.067	367.476	324.460
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-29.861	-34.428	-32.784
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.861	-34.428	-32.784
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-24.521	-31.943	-29.990
3.04.02.02	Honorários dos administradores	-4.297	-2.694	-2.792
3.04.02.03	Outras receitas, líquidas	-1.043	209	-2
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	349.206	333.048	291.676
3.06	Resultado Financeiro	-284.798	-241.467	-213.218
3.06.01	Receitas Financeiras	32.986	16.572	9.759
3.06.01.01	Receitas financeiras	32.986	16.572	9.759
3.06.02	Despesas Financeiras	-317.784	-258.039	-222.977
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	64.408	91.581	78.458
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22.311	-32.189	-26.875
3.08.02	Diferido	-22.311	-32.189	-26.875
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	42.097	59.392	51.583
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	42.097	59.392	51.583
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do lucro líquido nos exercícios apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	246.294	207.401	141.955
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	395.676	357.171	329.310
6.01.01.01	Lucro do exercício antes do IR e CS	64.408	91.581	78.458
6.01.01.02	Depreciação e amortização	53.999	34.889	31.053
6.01.01.03	Provisão de conserva especial	583	524	632
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	275.751	230.952	220.380
6.01.01.05	Margem de Construção	-3.386	-3.876	-1.443
6.01.01.06	Provisão para Contingências	-134	254	230
6.01.01.07	Perda na Baixa do Intangível	4.455	2.847	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	43.142	1.782	-10.755
6.01.02.02	Contas a receber	-1.298	-5.887	-10.453
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-2.679	-2.263	-337
6.01.02.04	Despesas antecipadas	41	-59	649
6.01.02.05	Outros ativos	-1.529	5.499	-726
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	273	2.227	-182
6.01.02.07	Fornecedores	47.191	1.468	124
6.01.02.08	Tributos a pagar	1.143	797	170
6.01.03	Outros	-192.524	-151.552	-176.600
6.01.03.02	Juros pagos - BNDES	-36.332	-24.337	-22.114
6.01.03.04	Juros pagos - Mútuo com partes relacionadas	-20.688	0	0
6.01.03.05	Juros pagos - Debentures	-132.930	-124.046	-153.134
6.01.03.06	Juros pagos - CCB	-2.574	-3.169	-1.352
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-217.929	-647.760	-143.179
6.02.01	Adições ao intangível	-335.475	-383.828	-143.057
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado	-8.544	-1.610	-122
6.02.03	Aplicações Financeiras	126.090	-262.322	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-13.563	292.619	93.982
6.03.01	Pagamento de empréstimo	-123.960	-138.069	-51.621
6.03.02	Captação de empréstimos	110.397	145.019	145.603

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.03.05	Partes Relacionadas	0	285.669	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	14.802	-147.740	92.758
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.760	204.500	111.742
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	71.562	56.760	204.500

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	3.317	0	0	756.104
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	3.317	0	0	756.104
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	42.097	0	42.097
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	42.097	0	42.097
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	42.097	-42.097	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	2.105	-2.105	0	0
5.06.05	Reserva Especial para Dividendos Obrigatórios não Distribuídos	0	0	39.992	-39.992	0	0
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	45.414	0	0	798.201

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	0	-56.075	0	696.712
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	0	-56.075	0	696.712
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	59.392	0	59.392
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	59.392	0	59.392
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.317	-3.317	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	166	-166	0	0
5.06.05	Reserva Especial para Dividendos Obrigatórios não distribuídos	0	0	3.151	-3.151	0	0
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	3.317	0	0	756.104

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	0	0	-107.658	0	449.141
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	0	0	-107.658	0	449.141
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	51.583	0	51.583
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	51.583	0	51.583
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	195.988	0	0	0	195.988
5.06.04	Reserva de Capital	0	195.988	0	0	0	195.988
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	0	-56.075	0	696.712

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	902.033	913.797	621.277
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-400.612	-451.097	-209.390
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-400.612	-451.097	-209.390
7.03	Valor Adicionado Bruto	501.421	462.700	411.887
7.04	Retenções	-53.999	-34.889	-31.053
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-53.999	-34.889	-31.053
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	447.422	427.811	380.834
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.967	16.779	9.775
7.06.02	Receitas Financeiras	32.986	16.572	9.759
7.06.03	Outros	-1.019	207	16
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	479.389	444.590	390.609
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	479.389	444.590	390.609
7.08.01	Pessoal	32.967	33.989	30.072
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.430	25.788	22.490
7.08.01.02	Benefícios	6.823	6.648	6.106
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.714	1.553	1.476
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	75.816	82.116	72.383
7.08.02.01	Federais	47.572	55.945	48.480
7.08.02.02	Estaduais	101	26.105	68
7.08.02.03	Municipais	28.143	66	23.835
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	328.509	269.093	236.571
7.08.03.01	Juros	317.784	258.039	222.977
7.08.03.02	Aluguéis	6.996	7.409	13.594
7.08.03.03	Outras	3.729	3.645	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	42.097	59.392	51.583
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	42.097	59.392	51.583

Itatiba, 19 de Março de 2015 - A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia") divulga hoje seus resultados do exercício de 2014.





1. Perfil da Companhia

Em abril de 2009, a Companhia assumiu a operação e a administração, sob o regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I ("Corredor"), formado pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 - Anel Sul de Campinas e via perimetral de Itatiba, além de outros segmentos de rodovias transversais. Adicionalmente, a Companhia é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

A Companhia tem como objeto a exploração do Corredor Dom Pedro I com prazo de concessão de 30 anos, compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema; (ii) o apoio na execução dos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Agradecemos aos usuários, aos acionistas, aos colaboradores, aos financiadores e aos órgãos governamentais, pela confiança, apoio e parceria, contribuições fundamentais para o sucesso dessa promissora trajetória.

2. Destaques

-  Crescimento de 4,7% do tráfego em VEQ (veículos equivalentes) em relação ao ano anterior;
-  Redução de 5,3% dos custos operacionais em relação ao ano anterior;
-  Crescimento de 9,6% no EBITDA em relação ao ano anterior;
-  Rodovia D. Pedro I (SP-065) eleita a 3ª melhor rodovia do país pela Confederação Nacional do Transporte ("CNT").

3. Desempenho Econômico Financeiro

Tráfego

Categoria	milhares		
	2014	2013	Var. %
Pesado	59.509	56.675	5,0%
%Veic. Eq. Totais	61,7%	61,6%	0,2 p.p.
Leve	36.892	35.385	4,3%
%Veic. Eq. Totais	38,3%	38,4%	-0,2 p.p.
Total Veq.	96.401	92.060	4,7%

Nota: Veículos equivalentes ("VEQ") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de eixos).

Em 2014, o tráfego pedagiado alcançou um total de 96.401 mil em VEQ, apresentando crescimento de 4,7% ante aos 92.060 mil em 2013.

Receita Bruta

Descrição	Em milhares de reais		
	2014	2013	Var. %
Receita de Pedágio	558.142	521.054	7,1%
<i>% Receita Totais</i>	61,9%	57,0%	4,9 p.p.
Receita Acessórias e Outras	5.144	5.122	0,4%
<i>% Receita Totais</i>	0,6%	0,6%	0 p.p.
Receita de Construção	338.747	387.621	-12,6%
<i>% Receita Totais</i>	37,6%	42,4%	-4,9 p.p.
Receita Bruta	902.033	913.796	-1,3%
(-) Deduções da Receita	(48.933)	(45.522)	7,5%
Receita Líquida	853.100	868.274	-1,7%

A **Receita Bruta** da Companhia totalizou R\$ 902.033 mil, apresentando uma redução de 1,3% no ano de 2014 em relação ao ano anterior. A variação refere-se à Receita de Construção, que em 2014 realizou 12,6% abaixo em comparação a 2013.

As **Receitas de Pedágio** totalizaram R\$ 558.142 mil, o que representou um aumento de 7,1%. Essa variação positiva é reflexo do aumento do volume de tráfego pedagiado.

Custos e Despesas

Os Custos Totais refletem os Custos Operacionais, Custos dos Serviços Prestados, os Custos de Construção e as Despesas Gerais e Administrativas.

Descrição	Em milhares de reais		
	2014	2013	Var. %
Custos	(474.033)	(500.798)	-5,3%
Custos dos Serviços Prestados	(84.673)	(82.164)	3,1%
Custos de Construção	(335.361)	(383.745)	-12,6%
Depreciação/Amortização	(53.999)	(34.889)	54,8%
Despesas	(28.818)	(34.637)	-16,8%
Total	(502.851)	(535.435)	-6,1%

Os Custos dos Serviços Prestados totalizaram R\$ 84.673 mil, um aumento de 3,1% em comparação com o ano anterior, o que reflete a austeridade de controle e de negociação adotada pela Companhia nas contratações de serviços, que permitiu crescimento abaixo da inflação.

Os Custos de Construção atingiram R\$ 335.361 mil, redução de 12,6% quando comparados com o ano anterior.

Os Custos com Depreciação/Amortização apresentaram um acréscimo em 2014 de 54,8% ante ao ano anterior, totalizando R\$ 53.999 mil.

As Despesas Gerais e Administrativas somaram R\$ 28.818 mil, representando uma redução de 16,8% no ano de 2014, quando comparadas ao ano anterior.

Em 2014, os gastos consolidados da Companhia totalizaram R\$ 502.851 mil, apresentando uma redução de 6,1% em relação ao ano anterior. A redução citada refere-se, principalmente, aos Custos de Construção, provenientes do total de investimentos realizados pela Companhia.

EBITDA

Descrição	Em milhares de reais		
	2014	2013	Var. %
Resultado Líquido do Período	42.097	59.392	-29,1%
(+/-) Imp. De Renda e Contrib. Social Diferidos	22.311	32.189	-30,7%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	284.798	241.467	17,9%
(+/-) Depreciação / Amortização	53.999	34.889	54,8%
EBITDA	403.205	367.937	9,6%
Margem EBITDA (%)	47,3%	42,4%	4,9 p.p.
Margem de Construção ¹	(3.386)	(3.876)	-12,6%
Provisão Conserva Especial ²	584	524	11,4%
Outras receitas (despesas), líquidas	1.043	(209)	-599,0%
EBITDA Ajustado	401.446	364.377	10,2%
Margem EBITDA Ajustado (%)	78,0%	75,8%	2,3 p.p.

¹ É a margem de 1% reconhecida sobre os custos relativo ao serviço de construção prestado, conforme Orientação OCPC 05.

² Provisão para manutenção ou recomposição da infraestrutura.

O EBITDA atingiu em 2014 o montante de R\$ 403.205 mil, registrando aumento de 9,6% em relação ao ano anterior. Este aumento é reflexo da retração dos custos operacionais e despesas administrativas.

Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de reais		
	2014	2013	Var. %
Receitas Financeiras	32.986	16.572	99,0%
Despesas Financeiras	(317.784)	(258.039)	23,2%
Resultado Financeiro Líquido	(284.798)	(241.467)	17,9%

No exercício de 2014, o **Resultado Financeiro Líquido** da Companhia atingiu o valor de R\$ 284.798 mil negativos ou 17,9% ante ao exercício anterior, devido ao aumento das despesas financeiras, reflexo do aumento da inflação (IPCA) e da taxa de juros de longo prazo (TJLP). As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 32.986 mil em 2014, o que significa um aumento de 99,0% sobre o ano de 2013, reduzindo assim o impacto das despesas no resultado financeiro. A variação positiva da Receita Financeira é decorrente do aumento no volume de aplicações financeiras.

Partes Relacionadas

A Companhia encerrou o exercício de 2014 com o saldo de Partes Relacionadas (Mútuo) no valor de R\$ 314.508 mil, aumento de 7,4% quando comparado com o ano anterior, decorrente do aumento acima citado.

Endividamento

Descrição	Em milhares de reais		
	2014	2013	Var. %
Dívida Bruta	2.180.074	2.078.343	4,9%
Empréstimos e Debêntures	1.865.566	1.785.602	4,5%
Operações de mútuo	314.508	292.741	7,4%
Caixa e Equivalente de Caixa	(71.562)	(56.760)	26,1%
Dívida Líquida	2.108.512	2.021.583	4,3%

O Endividamento da Companhia no exercício de 2014 apresentou um acréscimo de 4,9% comparado ao ano anterior, totalizando R\$ 2.180.074 mil. Todo endividamento da Companhia é 100% denominado em moeda nacional.

Investimentos

O investimento da Companhia em 2014 foi de R\$ 347.404 mil, abaixo as principais obras realizadas:

- ✓ Conclusão das obras de duplicação da Rodovia Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360);
- ✓ Implantação das marginais da Rodovia Dom Pedro I (SP-065);
- ✓ Prolongamento do anel viário na Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083);
- ✓ Obras de construção da base do Sistema de Atendimento a Usuários ("SAU") e Posto Geral de Fiscalização ("PGF"), da Rodovia Zeferino Vaz (SP-332);
- ✓ Obras de recuperação e conservação especial nos dispositivos viários, entre eles, pontes, viadutos e passarelas;
- ✓ Obras de recuperação especial de pavimento, microrrevestimento impermeável e melhorias com sinalização;
- ✓ Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como, barreiras de concreto e defensas metálicas.

4. Informações sobre a Companhia

Indicadores Operacionais

A Companhia realizou aproximadamente 78 mil atendimentos em 2014. Os atendimentos estão abaixo relacionados:

- ✓ 61,3% de serviços de inspeção;
- ✓ 23,8% de serviços de guinchos;
- ✓ 9,7% de serviços mecânicos;
- ✓ 4,0% de serviços pré-hospitalares e;
- ✓ 1,0% de serviços com caminhão pipa, apreensão de animais e apoio em geral.

Gestão de Pessoas

A Companhia utiliza a Tecnologia Empresarial Odebrecht ("TEO"), como ferramenta fundamental na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos

pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na capacidade de auto desenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No final desse exercício o efetivo era de 584 integrantes diretos.

Menor Aprendiz

A Companhia, em parceria com a Instituição Centro de Integração Empresa Escola ("C.I.E.E."), por meio do Projeto Menor Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho.

Rota da Inclusão

A Companhia iniciou em 2014 o programa Rota da Inclusão, que tem por objetivo a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, sendo estes integrantes alocados em diversas áreas, dentre elas a arrecadação.

5. Governança Corporativa

Na Companhia, o objetivo da governança corporativa é garantir que as melhores práticas adotadas pelo mercado sejam aplicadas na condução e gestão do negócio, alinhando a tomada de decisões que proporcione o crescimento e a perenidade do negócio com o retorno do investimento realizado pelos acionistas.

A Companhia, alinhada com as recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destaca as principais práticas adotadas atualmente:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, e seus respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com um mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

Todos os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício do cargo até a investidura de seus sucessores.

O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os seus membros, sendo que o mesmo terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

Auditoria e Demonstrações Financeiras

Em 26 de março de 2014, a Companhia realizou a contratação de seu auditor independente para a prestação de serviços de auditoria externa das demonstrações contábeis contidas nas Demonstrações Financeiras ("DFP"). Não houve, neste período, a prestação de quaisquer outros serviços pelos auditores independentes que não fossem os relacionados à auditoria externa, conforme menção acima.

As informações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Conduta e Código de Ética

Em 11 de junho de 2014 foi aprovado o Código de Conduta e o Sistema de Conformidade da Companhia.

O Sistema de Conformidade da Companhia é composto por canais de comunicação confidenciais, tanto 0800, quanto sítio na Web, que possibilitam que a Companhia receba relatos de desvios do Código de Conduta, os quais são tratados por um Comitê de Ética.

Além do Código de Conduta da própria Companhia, também foi aprovado o Código de Conduta dos Fornecedores, o qual passou a ser parte integrante aos contratos firmados pela Companhia com quaisquer de seus prestadores de serviço.

Transparência e Gestão

A Companhia mantém em seu web site da área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das suas informações e resultados.

A Companhia divulga de forma tempestiva as informações trimestrais e anuais legalmente exigidas e utiliza práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

6. SUSTENTABILIDADE

Responsabilidade Socioambiental

Em 2014, a Companhia manteve as campanhas divulgadas anteriormente, tais como: Por Cima do Risco, Parada Legal de Carros, Caminhões e Motos, Caia na Rede, Programa Rota Saudável, Party, Rota da Educação, Turismo do Saber e Rota Reciclável.

Meio Ambiente

A Companhia tem consciência da importância de seu papel ativo no desenvolvimento sustentável de sua malha viária. Para reforçar esse compromisso, investe fortemente na preservação e na recuperação ambiental da região. A cada intervenção para a execução de algum tipo de melhoria nas rodovias é realizado um significativo e criterioso trabalho de compensação ambiental, com o objetivo de garantir o desenvolvimento social e econômico sustentável da região. Para cada árvore nativa afetada pelas obras de ampliação das rodovias, outras 25 mudas são plantadas, como medida de compensação.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”) foi constituída em 9 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 3 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – (“ARTESP”), em 2 de abril de 2009.

O Corredor Dom Pedro I possui atualmente a extensão de 277 km e poderá ser acrescido da construção de 20 km adicionais, totalizando 297 km ao término da concessão. É constituído pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 e outros segmentos de rodovias transversais. Adicionalmente, a Companhia é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

Em 30 de junho de 2010, a Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), através da publicação do Ofício CVM nº 16/2010.

As atividades são realizadas com base em contratos de serviços de longo prazo assim classificados:

(a) Concessões públicas

Objeto do contrato	Prazo	Poder Concedente
Exploração do Sistema Rodoviário, que consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.	30 anos	Estado de São Paulo

Extinta a concessão, retornarão ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo poder concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 26 de fevereiro de 2015.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a valor justo. Assim, essas demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão reconhecidos no resultado através da projeção de curva de tráfego, e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação do imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras encontram-se registrados ao valor justo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

(c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 31 de dezembro de 2014, compõem parte do saldo da rubrica de "Aplicações financeiras" (Nota 8).

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 31 de dezembro de 2014, compreendem as rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber” e “Outros ativos” (Notas 7 e 9).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

(d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de difícil realização.

(e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

(f) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 10).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

(h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(i) Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 12.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(iii) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento de concessões (direito de outorga) são capitalizados e amortizados pela curva de tráfego.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “Direito de Outorga da Concessão”, no ativo intangível (Nota 12 (a)). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de tráfego utilizada como base nas projeções da Companhia durante o prazo de concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Provisões

A Companhia reconheceu provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os últimos 2 anos, descontados a valor presente de 11,2% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos. Esta provisão para conserva especial está registrada pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço, totalizando em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 3.519 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 2.614).

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança (Nota 15).

(k) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente de cada fornecedor, inclusive fornecedor com partes relacionadas (Nota 14).

(l) Credor pela aquisição da concessão

Nessa rubrica é registrada a provisão mensal do ônus variável da concessão, referente aos serviços de regulação e fiscalização realizados pela ARTESP. Esse valor corresponde à alíquota de 1,5% sobre a receita bruta, exceto a receita financeira, sendo liquidado mensalmente.

(m) Empréstimos e debêntures

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e emissão de debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

(n) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

(o) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos do imobilizado nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros, sendo estes equipamentos de fiscalização (Radar), lançados na rubrica de máquinas e equipamentos. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo, ou pelo prazo contratual, dos dois o menor.

(p) Reconhecimento de receita**(i) Receita de serviço**

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida pelo valor justo da contra prestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, por referência ao estágio de conclusão da construção.

Para apuração do valor justo, a Companhia utiliza o custo de construção, mais 1% de margem.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2014	2013	2014	2013	2014	2013
338.747	387.621	(335.361)	(383.745)	3.386	3.876

(q) Regime Tributário de Transição – RTT

No dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015, uma vez que a Companhia não optou pela adoção antecipada em 2014.

(r) Benefícios a empregados**Obrigações de aposentadoria**

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência (“ODEPREV”), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. (“ODB”), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foram de R\$ 234 e R\$ 255, respectivamente.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

(s) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui provisão no montante de R\$ 4.648 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 4.099).

2.3 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A sua adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e também não foi adotada pela Companhia.

- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.
- IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes”. O princípio fundamental da nova norma é que as empresas reconheçam a receita para retratar a transferência de bens ou serviços a clientes nos montantes que refletem a contraprestação (ou seja, o pagamento), ao qual a empresa espera ter direito em troca de tais bens ou serviços. O novo padrão também irá resultar em divulgações sobre a receita, fornecer orientações para as operações que não foram previamente tratados de forma abrangente (por exemplo, a receita de serviços e contratos de modificações) e melhorar a orientação para contratos de vários elementos. Em maio de 2014 o IASB emitiu o IFRS15, com vigência a partir dos períodos anuais iniciados em/ou a partir de 1º de janeiro de 2017.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.4 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente, classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(d) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC 01.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos, arrendamento mercantil, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Menos de um ano (i)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2014				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	68.631			
BNDES (i)	77.901	78.671	214.439	168.893
Debêntures (i)	173.885	203.876	626.420	2.303.286
Arrendamento mercantil (i)	905	1.207		
Mútuo com partes Relacionadas (i)	71.008	24.319	80.252	766.410
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	20.745			
BNDES (i)	76.615	69.898	201.015	208.246
Debêntures (i)	140.288	173.182	612.440	2.440.590
Mútuo com partes Relacionadas (i)	21.569	22.319	73.750	767.055

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, arrendamentos mercantil, fornecedores e outras obrigações.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

(d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), do índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a esta variável são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP, o índice de inflação IPCA e a taxa de juros CDI.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP, no índice de inflação IPCA foram consideradas as projeções apresentadas abaixo*:

Indicador	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
IPCA	6,5%	6,8%	6,5%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%

(*) Fonte: Projeção Banco Santander - 15/12/2014

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e, no índice de inflação IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP (*)	5,00%	6,25%	7,50%
IPCA (*)	5,40%	6,75%	8,10%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2014 a 2025 das taxas apresentadas acima.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Empréstimo BNDES	abr/25	Alta na TJLP	101.124	117.787	134.266

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures	jul/24	Alta no IPCA	2.223.967	2.471.041	2.737.209
Empréstimo BNDES Mútuo com partes	mai/22	Alta no IPCA	45.690	50.569	55.442
Relacionadas	out/25	Alta no IPCA	593.701	704.265	828.091

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou valores a receber do CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. ("CGMP") no montante de R\$ 34.611 (31 de dezembro 2013 - R\$ 34.016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica "Contas a receber". Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como baixo o risco de crédito oriundo destas contas a receber, por considerar que o mesmo esteja mitigado entre as concessionárias do setor rodoviário.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

(g) Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

4.1 Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro 2013 podem ser assim sumariados:

	2014	2013
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 13)	1.865.566	1.785.602
Operações de mútuo com partes relacionadas (Nota 14)	314.508	292.741
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(71.562)	(56.760)
Aplicações financeiras (Nota 8)	(185.068)	(278.769)
Dívida líquida	<u>1.923.444</u>	<u>1.742.814</u>
Total do patrimônio líquido	<u>798.201</u>	<u>756.104</u>
Total do capital	<u>2.721.645</u>	<u>2.498.918</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>71</u>	<u>70</u>

4.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	2014	2013	2014	2013
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa			71.562	56.760
Aplicações financeiras	185.068	278.769		
Contas a receber e demais contas a receber			42.850	38.188
	<u>185.068</u>	<u>278.769</u>	<u>114.412</u>	<u>94.948</u>
			Outros passivos financeiros	
			2014	2013
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e debêntures			1.865.566	1.785.602
Operações de mútuo com partes relacionadas			314.508	292.741
Fornecedores e outras obrigações			71.409	23.357
			<u>2.251.483</u>	<u>2.101.700</u>

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2014	2013
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
CGMP	34.611	34.016
Outros	3.134	2.431
Total de contas a receber	<u>37.745</u>	<u>36.447</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	252.637	332.339
	<u>252.637</u>	<u>332.339</u>
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa Geral	1.416	534
Numerário em Trânsito	2.240	2.237
Fundo de Troco	337	419
	<u>3.993</u>	<u>3.190</u>
	<u>256.630</u>	<u>335.529</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa geral	1.416	534
Bancos conta movimento	897	4.922
Numerário em trânsito (i)	2.240	2.237
Fundo de troco	337	419
Aplicações financeiras (ii)	66.672	48.648
	<u>71.562</u>	<u>56.760</u>

(i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente.

(ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), compromissadas e fundos de investimentos, remunerados a taxas que variam entre 94,0% e 103,0% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

8 Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 185.068 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 278.769).

Referem-se a fundos de investimentos, remunerados a taxas de 100% a 101,1% do CDI (2013 – 100,3% a 102,8%).

A Companhia deverá utilizar os recursos referentes às aplicações financeiras exclusivamente para ampliações e melhoramentos no sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, com base nas projeções divulgadas pela Companhia.

9 Contas a receber

	2014	2013
CGMP	34.611	34.016
Outras contas a receber	3.134	2.431
	<u>37.745</u>	<u>36.447</u>

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos**Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	2014	2013
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	132.790	106.732
Benefício fiscal (ágio) (i)	156.790	176.389
Outras diferenças temporárias	3.233	3.185
	<u>292.813</u>	<u>286.306</u>
Passivo não circulante		
Amortização do Intangível (curva do tráfego)	70.499	48.049
Margem de construção	5.078	3.926
Encargos financeiros	17.217	17.616
Outras diferenças temporárias	30.470	24.855
	<u>123.264</u>	<u>94.446</u>
	2014	2013
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	292.813	286.306
Tributos diferidos passivos	(123.264)	(94.446)
	<u>169.549</u>	<u>191.860</u>

A variação líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 relativa aos impostos diferidos totalizou um saldo negativo de R\$ 22.311.

- (i) A expectativa da administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio a ser amortizado para fins tributários está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Compensação		
	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefício fiscal (ágio)	Total
2015	1.874	19.599	21.473
2016	10.908	19.599	30.507
2017	18.102	19.599	37.701
2018	25.218	19.599	44.817
2019	32.660	19.599	52.259
2020	41.019	19.599	60.618
2021 em diante	3.009	39.196	42.205
	<u>132.790</u>	<u>156.790</u>	<u>289.580</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11 Imobilizado**(a) Composição**

	Taxas anuais médias de depreciação (%)			2014	2013
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Máquinas e equipamentos	20	4.498	(1.656)	2.842	849
Móveis e utensílios	10	454	(153)	301	181
Instalações	10	75	(2)	73	5
Veículos	20	1.836	(341)	1.495	762
Obras em andamento		2.764		2.764	
Outros		2		2	2
		<u>9.629</u>	<u>(2.152)</u>	<u>7.477</u>	<u>1.799</u>

(b) Movimentação

	2014	2013
Saldo no início do exercício	1.799	807
(+) Adições	8.544	1.610
(-) Baixas por alienações	(1.548)	(281)
(-) Depreciação	(1.318)	(337)
Saldo no final do exercício	<u>7.477</u>	<u>1.799</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Intangível**(a) Composição**

			<u>2014</u>	<u>2013</u>
	<u>Custo</u>	<u>Amortização Acumulada</u>		<u>Líquido</u>
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	324.043	(21.533)	302.510	239.643
Pavimentações e conservação especial	396.392	(29.895)	366.497	345.932
Hardware equipamentos de pedágio	66.340	(8.368)	57.972	56.790
Demais melhorias e aplicações	316.876	(9.892)	306.984	211.630
Desapropriações	105.144	(3.251)	101.893	100.473
Máquinas e equipamentos	3.222	(569)	2.653	2.580
Móveis e utensílios	1.966	(251)	1.715	1.552
Veículos	512	(33)	479	2.024
Meio ambiente e elementos de segurança	34.066	(1.809)	32.257	25.913
Obras em andamento	<u>239.182</u>		<u>239.182</u>	<u>114.227</u>
	1.487.743	(75.601)	1.412.142	1.100.764
Outros intangíveis (ii)				
Direito de outorga da concessão	1.337.239	(167.695)	1.169.544	1.197.617
Softwares adquiridos de terceiros (*)	<u>756</u>	<u>(366)</u>	<u>390</u>	<u>420</u>
	1.337.995	(168.061)	1.169.934	1.198.037
	<u>2.825.738</u>	<u>(243.662)</u>	<u>2.582.076</u>	<u>2.298.801</u>

(*) A taxa utilizada para amortização de *Softwares* adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

(i) Intangível – Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de tráfego (Nota 3 (e)) visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado, periodicamente revisadas.

O montante do custo está majorado pela margem de construção, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01.

(ii) Outros intangíveis

Direito de outorga correspondente à obtenção de concessão para exploração do sistema rodoviário, sendo amortizado pela projeção da curva de tráfego (Nota 3 (e)) limitado ao tempo do contrato. Este montante foi ajustado a valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% a.a.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo por ele estabelecido em cada contrato.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software (*)	Total
Custo	1.152.121	1.337.238	643	2.490.002
Amortização acumulada	(51.357)	(139.621)	(223)	(191.201)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.100.764	1.197.617	420	2.298.801
Aquisições	338.748		112	338.860
Baixas, líquidas de amortização	(2.907)			(2.907)
Amortização	(24.463)	(28.073)	(142)	(52.678)
Saldo contábil	1.412.142	1.169.544	390	2.582.076
Custo	1.490.869	1.337.238	755	2.828.862
Baixas, líquidas de amortização	(2.907)			(2.907)
Amortização acumulada	(75.820)	(167.694)	(365)	(243.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.412.142	1.169.544	390	2.582.076

(*) Taxa utilizada para amortização de Software é de 20% a.a.

13 Empréstimos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	2014	2013
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,32% / IPCA + 9,60% / IPCA + 8,66%	404.987	405.166
Debêntures (b)	R\$	IPCA + 9,57%	1.503.156	1.421.131
Custos a amortizar (c)	R\$		(42.577)	(40.695)
			1.865.566	1.785.602
(-) Passivo circulante				
Empréstimos BNDES			(59.012)	(55.873)
Debêntures			(127.825)	(97.132)
			(186.837)	(153.005)
Passivo não circulante				
Empréstimo BNDES			343.500	346.175
Debêntures			1.335.229	1.286.422
Passivo não circulante			1.678.729	1.632.597
			(1.865.566)	(1.785.602)

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) BNDES

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a. e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + Taxa de Referência + 2,32% a.a.. No ano de 2014 houve uma liberação de R\$ 47.110, sendo que o acumulado de liberações efetuadas pelo BNDES é de R\$ 478.595. A amortização é realizada pelo pagamento mensal desde outubro de 2010. Abaixo a composição dos vencimentos:

Vencimento	Encargos (% a.a.)	2014	2013
jul/18	TJLP + 2,32%	2.563	2.653
abr/21	TJLP + 2,32%	131.881	142.702
mai/22	IPCA + 9,60%	54.910	63.180
abr/23	TJLP + 2,32%	165.160	156.052
abr/25	TJLP + 2,32%	50.473	40.579
		404.987	405.166

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito são destinados a realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I.

(b) Debêntures

Em 10 de julho de 2012, foi aprovado pelos debenturistas o 3º aditivo da escritura de debêntures, prolongando o prazo de vencimento para mais 24 meses, passando os vencimentos finais para 15 de janeiro de 2024, para as debêntures de primeira série, e 15 de julho de 2024, para as debêntures de segunda série. Também foram alterados os prazos para pagamento da primeira parcela do valor nominal unitário das debêntures.

A composição da operação da escrituração de debêntures aberto em 31 de dezembro de 2014 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	2014	2013
junho-10	1º série	550.000	até janeiro-24	IPCA + 9,57%	772.151	728.329
junho-10	2º série	550.000	até julho-24	IPCA + 9,57%	731.005	692.802
					1.503.156	1.421.131

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor nominal unitário atualizado das debêntures de primeira e segunda série será amortizado anualmente, juntamente com a remuneração, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização da Primeira Série	(i)	Datas de Amortização da Segunda Série	(ii)
janeiro de 2014	0,50%	julho de 2014	1,00%
janeiro de 2015	3,00%	julho de 2015	2,00%
janeiro de 2016	4,00%	julho de 2016	4,00%
janeiro de 2017	3,00%	julho de 2017	5,00%
janeiro de 2018	5,00%	julho de 2018	3,00%
janeiro de 2019	2,50%	julho de 2019	4,00%
janeiro de 2020	5,50%	julho de 2020	9,00%
janeiro de 2021	10,00%	julho de 2021	13,00%
janeiro de 2022	19,00%	julho de 2022	16,00%
janeiro de 2023	21,00%	julho de 2023	19,00%
janeiro de 2024	26,00%	julho de 2024	23,00%

(i) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da primeira série a ser amortizado;

(ii) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da segunda série a ser amortizado.

Em 15 de janeiro de 2014, a Companhia liquidou R\$ 2.750 referente à segunda parcela do principal da primeira série das debêntures, juntamente com juros e correção monetária incorrida sobre o saldo total no montante de R\$ 65.125.

Em 15 de julho de 2014, a Companhia liquidou R\$ 5.500 referente à segunda parcela do principal da segunda série das debêntures, juntamente com juros e correção monetária incorrida sobre o saldo total no montante de R\$ 67.805.

(c) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (“TIR”) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	2014			2013
	Debêntures	BNDES	Total	Total
Saldo no início do exercício	37.578	3.118	40.696	45.062
(-) Amortizações	(4.189)	(643)	(4.832)	(4.367)
Custo de transação	6.713		6.713	
Saldo no final do exercício	<u>40.102</u>	<u>2.475</u>	<u>42.577</u>	<u>40.695</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	<u>Debêntures</u>	<u>BNDES</u>	<u>Total</u>
2015	4.687	575	5.262
2016	4.782	501	5.283
2017	4.834	423	5.257
2018	4.838	344	5.182
2019	4.919	265	5.184
2020	4.827	184	5.011
2021	4.410	108	4.518
2022	3.506	54	3.560
2023	2.286	16	2.302
2024 em diante	1.013	5	1.018
	<u>40.102</u>	<u>2.475</u>	<u>42.577</u>

(d) Prazo de vencimento

O montante das operações das debêntures e BNDES de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
2015		71.889
2016	103.877	95.511
2017	103.903	95.545
2018	103.681	95.379
2019	92.555	84.999
2020	149.838	138.767
2021	197.172	183.219
2022	276.876	257.985
2023	295.068	275.858
2024 em diante	355.759	333.445
	<u>1.678.729</u>	<u>1.632.597</u>

(i) Garantias

As debêntures e o financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

(ii) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

As cláusulas restritivas foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Saldos e transações com partes relacionadas**(a) Composição**

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado e investimentos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, respectivamente, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Ativo	Passivo	Receitas	Serviços prestados
Consórcio Corredor Dom Pedro I (i)		48.289		34.336
OTP (ii)		314.508		
Em 31 de dezembro de 2014		<u>362.797</u>		<u>34.336</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>135</u>	<u>292.741</u>	<u>500</u>	<u>218.558</u>

(i) Consórcio Corredor Dom Pedro I

O Consórcio Corredor Dom Pedro I, formado pelas coligadas Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNO Brasil") e a CNO, detém todos os seus direitos, responsabilidades e obrigações sobre o contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

O valor da transação com o Consórcio Corredor Dom Pedro I refere-se ao investimento realizado pela Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, para manutenção e ampliação do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I.

(ii) OTP

Em 20 de setembro de 2013, a Companhia celebrou contrato de mútuo no valor total de R\$ 300.000 com sua controladora, atualizado pela variação acumulada do índice de inflação mais juros remuneratórios. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou valor de mútuo com partes relacionadas de R\$ 314.508 (31 de dezembro de 2013, R\$ 292.741).

Este contrato está subordinado às debêntures e ao empréstimo do BNDES, conforme 3º aditivo da escritura de debêntures aprovado pelos debenturistas em 10 de julho de 2012.

O pagamento dos juros será realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a primeira ocorreu em 13 de outubro de 2014 no montante de R\$ 20.688 e a liquidação do valor total do mútuo, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025.

Os recursos captados através desta operação de mútuo deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para ampliações e melhoramentos no sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I.

(b) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários e não estatutários da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, totalizaram os montantes de R\$ 4.297 e R\$ 2.694, respectivamente.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Contingências e provisões para causas judiciais

A Companhia é parte envolvida em expedientes trabalhistas, cíveis e ambientais e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus assessores legais externos.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta provisão no montante de R\$ 132 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 401) relacionado às contingências trabalhistas e previdenciárias e R\$ 218 em reclamações cíveis (31 de dezembro de 2013 - R\$ 84), baseado na expectativa dos seus assessores jurídicos.

A Companhia também tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 5.191 em 31 de dezembro de 2014 (em 31 de dezembro de 2013 R\$ 3.665).

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação. A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela OTP e indiretamente pela Odebrecht S.A. ("ODB").

(b) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Reserva de dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, foi calculada nos termos da Lei nº. 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197.

Em 31 de dezembro de 2014 a investidora OTP, representante de 100% do capital social da Companhia, formalizou à administração da Companhia a sua intenção de aprovar a não distribuição de dividendo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Receita

	2014	2013
Receita de obra de infraestrutura (i)	338.747	387.621
Receita de operação		
Receitas em numerário	147.007	144.953
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (ii)	377.999	335.075
Receitas de vale pedágio (iii)	32.881	40.838
Outras receitas	5.399	5.309
	<u>563.286</u>	<u>526.175</u>
Receita total	<u>902.033</u>	<u>913.796</u>
Tributos sobre serviços de operação	<u>(48.933)</u>	<u>(45.522)</u>
	<u>853.100</u>	<u>868.274</u>

- (i) A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, R\$ 338.747 e R\$ 387.621, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 – contratos de concessão.

Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI (“Automatic Vehicle Identification”) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada.

- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

Reajuste da tarifa de pedágio

Em 1º de julho de 2014, entrou em vigor as novas tarifas de pedágio nas rodovias administradas pela Companhia. O reajuste nas tarifas de pedágio foi de 5,290454% e foi autorizado em 27 de junho de 2014 pela ARTESP, através de Deliberação do seu Conselho Diretor, e publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Custos dos serviços

Os custos dos serviços prestados referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro são sumariados e apresentados com a seguinte composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Custo de operação		
Amortização do direito de outorga	(28.073)	(21.408)
Depreciação, amortização do intangível	(25.926)	(13.481)
Provisão de conserva especial	(583)	(524)
Gerenciamento, manutenção e conservação da Rodovia	(21.287)	(18.092)
Salários	(19.801)	(16.609)
Outorga variável	(8.450)	(12.309)
Gastos gerais	(11.943)	(11.996)
Serviços de terceiros	(5.083)	(4.851)
Seguros	(4.585)	(6.483)
Atendimento pré hospitalar	(4.971)	(4.674)
Guincho	(4.940)	(4.463)
Materiais	(3.030)	(2.163)
	<u>(138.672)</u>	<u>(117.053)</u>
Custos de obra de infraestrutura	<u>(335.361)</u>	<u>(383.745)</u>
	<u>(474.033)</u>	<u>(500.798)</u>

19 Resultado financeiro, líquido

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre empréstimos e mútuo	(307.846)	(247.164)
IOF sobre empréstimos tomados	(774)	(6.865)
Comissões bancárias sobre empréstimos	(8.667)	(3.740)
Outras	(497)	(270)
	<u>(317.784)</u>	<u>(258.039)</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	<u>32.986</u>	<u>16.572</u>
	<u>(284.798)</u>	<u>(241.467)</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes dos impostos	64.408	91.581
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	<u>(21.899)</u>	<u>(31.138)</u>
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(533)	(1.051)
Outros	<u>121</u>	<u></u>
Total de IR e CSLL diferidos	<u>(22.311)</u>	<u>(32.189)</u>

21 Despesas gerais e administrativas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários e encargos	(13.316)	(19.025)
Serviços de terceiros	(10.411)	(7.649)
Outros	<u>(794)</u>	<u>(5.269)</u>
	<u>(24.521)</u>	<u>(31.943)</u>

22 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguros garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Vigência até	Cobertura
Seguro de Veículos	30/09/2015	(*)
Risco de Engenharia	31/03/2015	93.527
Risco de Engenharia	30/05/2015	15.598
Garantia de Concessões Públicas	30/06/2015	265.229
Seguro de Rodovia	30/06/2015	191.500
Responsabilidade Civil	01/01/2016	111.000
Risco de Engenharia	21/03/2016	119.000
Risco de Engenharia	30/03/2016	38.802
Risco de Engenharia	17/12/2016	44.000

(*) 100% a 110% da Tabela FIPE

23 Lucro por ação**Básico**

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro.

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	42.097	59.392
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	556.799	556.799
Lucro básico por lote de mil ações	75,61	106,67

(a) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Dividendos

Em 31 de dezembro de 2014 a investidora OTP, representante de 100% do capital social da CRB, formalizou à Administração da Companhia a sua intenção de aprovar a não distribuição de dividendo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme faculta o artigo 22, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76.

Com base nessa autorização, o valor devido aos dividendos foi utilizado para constituição de reserva de dividendos, conforme cálculo a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	42.097	3.317
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(2.105)</u>	<u>(166)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>39.992</u>	<u>3.151</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(9.998)	(788)
Dividendo adicional proposto a pagar	<u>(29.994)</u>	<u>(2.363)</u>
	<u>(39.992)</u>	<u>(3.151)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	<u>100%</u>	<u>100%</u>

25 Evento subsequente**Pagamento das debêntures**

Em 15 de janeiro de 2015, a Companhia liquidou a terceira parcela referente a primeira série das debêntures no montante de R\$ 89.824.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A receita líquida da Companhia atingiu o total de R\$ 853.101 mil, que representa aumento de 3,0% acima do projetado.

O bom desempenho da receita líquida garantiu que o EBTIDA fechasse o exercício de 2014 praticamente em linha com o projetado, resultando em uma queda de apenas 1,2%, devido ao aumento do custo de construção.

Os investimentos do período realizaram acima do previsto, atingindo o total de R\$ 339.426. Já o Fluxo de Caixa de Investimentos fechou o exercício com uma leve queda de 4,8% em relação ao projetado, totalizando R\$ 283.098. A variação ocorreu devido a uma melhora no prazo médio do Contas a Pagar.

A dívida total da Companhia ficou 8,5% abaixo do previsto, encerrando o exercício no montante de R\$ 2.180.074. A variação negativa é resultado da postergação de ingressos previstos, afetando também o caixa, que apresentou uma redução de 44,6%.

Fonte das Projeções - Formulário de Referência divulgado em 29/05/2014.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes

sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração

sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 26 de fevereiro de 2015

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Felipe Edmond Ayoub

Contador CRC 1SP187402/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Itatiba, 26 de fevereiro de 2015.

Júlio Cesar Duarte Perdigão

Diretor-Presidente

José Roberto Dowsley Correia de Amorim Filho

Diretor-Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Itatiba, 26 de fevereiro de 2015.

Júlio Cesar Duarte Perdigão

Diretor-Presidente

José Roberto Dowsley Correia de Amorim Filho

Diretor-Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores